

# A ESCHOLA



ORGÃO ESTUDANTAL

## A ESCHOLA

MARANHÃO, 28 DE FEVEREIRO DE 1891.

A publicação da «Eschola» causou má impressão aquelles que se reputam verdadeiros interpretes dos sentimentos da classe estudantal.

Quando resolvemos levar a effeito a criação de um periodico litterario, comprehendiamos a necessidade de um jornal que advogasse os nossos interesses geraes, e não os interesses individuaes de quem quer que fosse.

Se a *Eschola* não representa a classe estudantal, como ha quem affirme, qual o jornal que desempenhe esse importante papel?

Uma sociedade particular, composta de limitadissimo numero de pessoas, nem sempre pôde affirmar que uma folha qualquer represente na imprensa os interesses da classe a que pertencem seus socios.

Se um jornal, em taes condições, arroga-se o direito de defender a classe estudantal, porque razão não podemos gozar do mesmo direito?

E' absurda a negação d'essa proposição. Nós tambem somos estudantes, tambem coooperamos para a divulgação da instrução. Como, pois, se nos quer vedar a pratica de tal direito?

Ha quem ignore ou finga ignorar qual a nossa missão na imprensa maranhense.

Não tem razão quem pretende nos apostrophar com um disparate d'esta ordem.

A *Eschola* é um jornal que se declara francamente-orgão estudantal: é, pois, intuitivo que sua missão é pugnar pelos interesses da classe que representa, é trabalhar para a diffusão da instrução.

A *Eschola* não declara quaes são os seus redactores, porque julga desnecessario enumerar todas as pessoas que a redigem; uma vez que as principaes entre el-

las tenham coragem de firmar seus escriptos.

Garante, porém, que todos elles são solidarios e como taes acaretam com a responsabilidade de qualquer artigo que appareça nas suas columnas.

E' o que temos a dizer aquelles que não nos receberam com as regras impostas pela delicadeza.

### A educação da mulher

#### II

E' ampla a esphera das dissertações: entretanto a espiritos mais lucidos, a intelligencias mais cultivadas, confiarei a solução do grande problema, ultima palavra, se for possivel, sobre o magna questão de que me occupo.

A's idéas que expendi, de que tratei succintamente no meu primeiro artigo, venho adduzir algumas considerações, ligeiros argumentos que, consubstanciados, possam robustecer a minha opinião.

Affirmei que a mulher não deve ter direito do voto. Nada mais logico que semelhante affirmativa.

Para que a mulher possa tomar parte activa nos comicios eleitoraes, torna-se necessario que ella acompanhe todo o movimento politico, sem o que seu voto será dado inconscientemente; ora a mulher não pode perscrutar todos os passos dados, estudar todas as lutas travadas na arena politica, porque, se assim procedesse, ver-se-ia na contingencia de abandonar seus affazeres domesticos: logo a mulher não deve ter o direito de votar.

O voto, politicamente fallando, é a manifestação da vontade ou da opinião de cada individuo n'uma eleição. Mas para que o individuo manifeste sua opinião em qualquer pleito eleitoral, torna-se mister acompanhar a successão continua dos factos que se vão dando no vasto campo da politica; ora a mulher não pode julgar de semelhante successão de factos politicos, porque tem

preoccupações muito mais serias, muito mais importantes: logo ella deve ser privada do direito de votar.

Sim: de que serveria ter a mulher o direito do voto, se este não fosse resultado da sua convicção, se, as mais das vezes, fosse dado inconscientemente?

E' preciso tambem attender as diferenças estabelecidas pela distincção dos sexos.

A mulher é dominada pelo sentimento, move-se, por assim dizer, em torno de um circulo cujo centro é o sentimento; no homem, pelo contrario, prepondera a razão. A mulher, de ordinario, encara as cousas sob o ponto de vista ideal, e o homem as encara pelo lado real. A mulher inclina-se sempre aquillo que mais intimamente lhe falla ao sentimento; ao passo que o homem, guiado pela pratica e pela experiencia da vida, só procura pautar a norma de sua conducta pelas leis que lhe dita a razão.

Ora, se a mulher, pela sua inexperiencia da vida, não pode apreciar devidamente as cousas, julgar com certeza do character dos homens que marcham na vanguarda do movimento politico, como conceber-se que ella tenha aptidão para manifestar sua opinião, uma opinião inconsciente, uma opinião que não repousa em base solida?

Apresentam-se pura e simplesmente revestidos das formas do absurdo os argumentos d'aquelles que, pretendendo seguir as pégadas de alguns utopistas hodiernos, mostram-se adeptos fervorosos da opinião contraria aquella que sustento.

E' bonito pregar-se aos quatro ventos a plena liberdade da mulher, é grandioso affirmar-se que é de justiça serem seus direitos equiparados aos do homem. Mas é necessario tambem que se raciocine, que se reflecta sobre as consequencias que semelhante liberdade importaria.

A mulher em todas as tres phases da sua existencia não pode, repito, tomar parte nos comicios eleitoraes: como filha por-

que poderia vêr sua honra ultrajada por individuos que, ignorando os principios preliminares da moral, não sabem tributar o devido respeito á sociedade em que vivem; como esposa, porque poderia correr o risco de vêr enfraquecidos os laços da união conjugal que ella deve conservar inquebrantaveis; como mãe, finalmente, porque lhe é mais honroso estar no lar domestico dispensando a seus filhos certos desvelos, certos carinhos, que ninguem, mais do que as proprias mães, sabe ministrar ás creanças.

Roberto Adolpho



Propriedade litteraria

(Conclusão)

Admiramo-nos bastante de Alexandre Herculano aconselhar «recompensas publicas,» pois podemos confiar nellas quando sabemos que em Portugal Luiz de Camões «morreu miseravelmente em um hospital?» quando

«Nem o humilde logar, onde repousam

As cinzas de Camões, conhece o luso?»

quando Francisco Manoel do Nascimento escreveu: «E já eu disse que POBREZA e não vaidade pôz os meus versos á vergonha do mundo?»

Com Alexandre Herculano diz o articulista:

«Estes esforços immateriaes não se aprecião, não se medem, não se recompensão como a criação e o transporte ao mercado d'alguns saccos de trigo ou como o covado de chita produzido pelo tear do operario fabril.»

Melhor do que nós responderá a este ponto um escriptor contemporaneo a quem por momento cedemos a penna.

«Nós, (os escriptores) com effeito, somos industriaes, e de noite, sobre a nossa bigorna forjamos ideias, que irão no dia seguinte, como o aço das espadas, reluzir á luz plena do dia, como o bronze dos sinos, tocar o rebate de grandes revoluções, como o ferro das balas, arrasar as muralhas d'alguns velhos preconceitos.

«Sim, somos industriaes; e se ha industrias que fabricão a locomotiva que nos arrebatam pelo mundo em suas azas de fogo, nós fabricamos o pensamento, que arrebatam o mundo pelos espaços na senda luminosa do progresso; e se ha industrias que forcem e desenrolão, em suas officinas, estes delgados fios de fer-

ro, que têm de fremer em breve pelos ares ao sopro da electricidade, os grandes poetas dos nossos dias, no silencio de seus gabinetes, cinzelão no rude metal da palavra humana a estrophe aerea, que tem em breve de fremer e transmittir ao mundo inteiro o sopro magico da liberdade.

«Sim, somos industriaes, e é sua a nossa grandeza. Somos obreiros e trabalhamos, como os outros, na grande officina da civilização moderna.

«Somos trabalhadores; é esse um bello titulo, se me não enganar; e quando sahimos de nossas officinas, com a fronte humedecida de suor, trazendo na mão o livro que fabricamos, queremos, como qualquer outro, receber a feria que nos é dada.

«A questão da propriedade litteraria não é nma questão de mercantilismo, como se pensa e se diz; é uma questão de independencia para o escriptor. A propriedade litteraria é a emancipação do pensamento e dignidade das letras.»

«Que aproveita, continua o articulista, citando Alexandre Herculano, esse direito ao mancebo desconhecido...?»

O escriptor desconhecido pode tornar-se conhecidissimo.

Julio Verne, por exemplo, em 1856, anno em que começou a publicar suas producções, era conhecido como o é hoje? Isto deu-se necessariamente com o proprio Alexandre Herculano e com os outros escriptores, pelo que, logo á primeira visto, vê-se a força do argumento.

Convem notar que, quer aproveite, quer não, não deixa-se de reconhecer o direito que o escriptor tem ao fructo de seu trabalho,—á sua obra.

«Entretanto, diz o articulista, ao mesmo tempo que defende-se a propriedade litteraria, *combate-se e espalha-se* que a diffusão das luzes é uma fonte de progresso immensa.»

Que significa isto?

«Como, continua elle, pôde ella (a imprensa) espalhar novas sciencias, principios novos, combater o erro e ensinar a verdade, se difficultam-se, prohibem-se as transcrições?»

Em Inglaterra, França, Allemanha, Italia, Belgica, Hespanha, paizes em que se reconhece a propriedade litteraria, não se espalham novas sciencias, principios novos, não se combate o erro e não se ensina a verdade?

O articulista reduz a imprensa a transcrições, porem, para isto

seria preciso que vivessemos n'uma epocha em que fossem impossiveis novos estudos, em que a humanidade não tivesse do que lançar mao, sino dos fructos dos trabalhos dos nossos antepassados.

Mas, quem affirmará tal, hoje principalmente, nõ fim do seculo 19, o seculo das luzes?

«Como haver instrucção, como diffundil-a si difficulta-se a imprensa, si o jornal não possuir sem principal motor a liberdade?», ainda diz o articulista.

Não contestamos que a imprensa concorre para a instrucção; não contestamos que para isto ella precisa de liberdade; porém a liberdade não é tal que deante della devem desaparecer os direitos, pois, d'outra sorte seria lançar na sociedade o communismo, e bem cedo apparecerião «os perigos da liberdade cujo nome é tão suave, tão difficil o uso e o abuso tão amargo.»

Chama o articulista para apoiar a sua opinião, Alexandre Herculano e E. Huzar, e nós, Victor Hugo, Lamartine, Garrett e Pinho Chagas.

Mas, Eugenio Huzar combate a propriedade litteraria, ou o articulista affirma-o porque elle, na sua obra «O fim do mundo pela sciencia», diz: «Que a imprensa, essa fama de mil trombetas, que semeia por toda a parte a idéa como o vento semeia o pollem» é «outra fonte de diffusão das luzes?»

... «si não bastassem as provas evidentes por elles (accusadores da propriedade litteraria) apresentadas... invocariamos, diz ainda o articulista, a consciencia de seus defensores e cremos não seriamos desmentidos.»

Onde estão as provas evidentes?

Apresente-nas.

E' bom invocar consciencias, não dos defensores, porém dos accusadores da propriedade litteraria, pois Alexandre Herculano não quer reconhecer o direito que o escriptor tem do fructo do seu trabalho—á sua obra—e VENDEM, á Academia Real das Sciencias de Lisboa, por—10,000,000 de reis (DEZ CONTOS DE REIS),—«um manuscripto que lhe legára o erudito philologo André Joaquim Ramalho de Sousa.»

E' tambem bom não esquecer que Alexandre Herculano, como socio de merito, recebia dessa Academia 200.000 reis por anno.

Do final do artigo, só podemos comprehender que o articulista espera «o futuro para... dizer victoriosos heroica e gloriosamente: Mentistes,» o que desejamos não seja sonho.

Barrêto Rocha.

A vida

Que é a vida? Eis uma interrogação à qual não me é possível dar uma definição satisfatória.

Se houvesse uma expressão capaz de definir o *nada*, tal serviria para synthetizar o vocabulo—vida.

A vida, na phrase de um escriptor notavel, é um sonho para quem véla. Pergunta o mesmo escriptor se será ella uma realidade para quem dorme.

Nada mais natural do que semelhante pergunta.

Mas, objectar-se-à, se a vida é um sonho, é o unico que vale á pena sonhar. Essa objecção pode ser destruida com o seguinte argumento: nem todos os sonhos são agradaveis; e se ha sonhos bons, tambem os ha máos. Ora, sendo os sonhos bons e máos, a vida que n'elles se traduz, deve corresponder a uns e outros: deve ser ora feliz, ora infeliz, desgraçado. Logo a vida não è de utilidade ao homem: pois sendo de utilidade a um numero pequeno de homens, porque limitadissimo é o numero de pessoas felizes, não pode ser util á totalidade.

Admittindo a hypothese de ser a vida util, pergunto: qual a sua utilidade?

Não posso responder a semelhante pergunta, e entendo mesmo que ella não tem razão de ser.

Qual a utilidade da vida, se para o homem gozar um instante de felicidade, experimenta largos dis sabores; se para fruir um momento de ventura, passa incriveis privações; se para ter um minuto de prazer soffre transes bem difficeis, sente dores inenarraveis.

Repito: a utilidade da vida é nenhuma.

Tres phases bem distinctas, tres periodos bem salientes, notam-se na vida humana. São elles: a infancia, a virilidade e a senilidade. O primeiro symbolisa a crença, o segundo a vacillação e o terceiro a descrença. No primeiro o homem crê, no segundo vacilla, fluctua, por assim dizer, entre a crença e a descrença, e no terceiro descrê inteiramente.

No primeiro periodo o homem vê tudo atravez de um prisma atrahente. Tudo lhe parece bom, tudo lhe parece agradável. Onde ha espinhos, julga que são flôres; onde vê lagrimas lhe parece que ha riso.

No segundo periodo começa o homem a comprehender o que é a vida, a fazer d'ella uma idéa mais ou menos approximada.

No terceiro periodo, quando o homem se acha apto a comprehender a vida, a formar um juizo seguro das miserias do mundo,

d'esse vale de lagrimas, segundo a chapa tradicional, quando tenciona aproveitar-se d'aquillo que a experiencia lhe ensinou durante logos annos, encontra um obstaculo à realisação dos seus desejos: é a morte que procura embargar-lhe os passos, que lhe vem tolher o transito na estrada da vida.

Se só n'este ultimo periodo, é que o homem, por assim dizer, começa a viver, se atravessou inconsciente a maior parte de sua existencia, como apregoar-se a utilidade da vida?

De certo que é o mais inconfessavel dos absurdos.

E terminarei reproduzindo a interrogação por que comecei: que é a vida?

A vida nada mais é do que um enigma cuja decifração é a morte.

Roberto Adolpho.

A mulher

Porque não tem a mulher o direito de votar?

O que é, e para que o voto!

O voto é, no meu humilde alcance, a opinião de cada um determinada e resoluta sobre a questão que lhe for apresentada: seu fim é a transmissão d'um direito àquelle que, por suas qualidades, pode representar perante os poderes competentes os direitos d'um individuo, d'uma classe, d'um povo finalmente.

O votante depois de delegar seus direitos a outrem, tem cumprido sua missão patriotica.

O votado fica cenvicto de pesar-lhe a somma dos direitos d'um povo.

Quer um, quer outro, obra com inteira liberdade, tem o mesmo fito, nesse interim, demanda, acima do individual, do parcial, o bem commum, o bem geral, o licito convivio d'um povo, a ordem e sustentaculo desse illustre corpo colectivo—a sociedade. A mulher que tem as mesmas tendencias do homem, será indifferente a isso? Não, por certo! A mulher, quer como filha, quer como esposa e quer como mãe, representa um ser saliente;—a essencia e o adorno do lar domestico, a essencia e harmonia da sociedade, o topico favorito dos poetas, a flôr a humanidade! Ora negar-se-lhe o direito do voto é uma tyrannia! E' prohibir-lhe a manifestação de sua opinião, é fraccionar-lhe sua aptidão, é claudicar o direito individual, é encerrar em estreito ambito suas nobres aspirações, é vedar-lhe a ufanía de dizer: «Tambem com meu contingente cooperei directamente para o bem da nação».

Assim entendido, isto é, negando-se-lhe o direito do voto, torna ella util e superflua simultaneamente (absurdo); é proveitosa em parte, mas não *in totum*, é habil para ser mãe, mas não para servir a patria, equivale a dizer que não é para ser filha.

(Continúa).

S. Luiz, 28 de fevereiro—91.

Sebastião Nogueira.

Chronica,

Até que emfim chegou o momento, por mim tão desejado, de dirigir algumas palavras ao collega Paulo Ferry, o sympathico chronista do ensaio. Não te zangues Paulo, pelo simples facto de eu te chamar collega. Sim?

Não tenho o prazer de te conhecer pessoalmente; mas imagino que sejas um rapaz elegante, amavel, um joven que sente no peito as emoções do amor, d'esse prurido santo que, na phrase de um poeta da actualidade, faz dos moços bardos sonhadores. Mas, Paulo, apesar de toda a tua amabilidade, não obstante todas as pilherias que diriges ás tuas amaveis leitoras, me pareces um rapaz excentrico, de maneiras singulares.

Com tua monomania de seres chronista á pura força, me fazes lembrar Molière com o seu *Medecin malgré lui*.

Se o inclito comediographo francez visse no seculo actual e tivesse a felicidade de conhecer o meu amigo Paulo, sem duvida lembrar-se-ia de escolhel-o para protagonista de uma nova comedia que se havia de intitular—*Le chroniqueur malgré lui*.

Não tenho razão, leitores, de chegar á tal conclusão?

Sim: Molière engendrou simplesmente um medico á força, e Paulo vae além, confessando que ha de ser chronista á pura força.

Por ahi podeis vér, leitores, que o chronista do «Ensaio» tem mais força de vontade que o medico de Molière; tanto assim que sujeita-se a um processo mais rigoroso.

Pois eu, collega, não tenho pretensões tão desastradas, nem almejo o mesmo ideal que aspiras. Desejo apenas, por mero diletantismo, entreter contigo e com os leitores da «Eschola» umas palestras amigaveis; mas não como as celebres epistolas que um dos teus companheiros de redacção, tomando por pseudonymo o proprio nome escripto ás avessas, dirige aos collegas e amigos.

Mas, por fallar em epistolas... Que epistolas, collegas! Enormes!...

Sabes o effeito que ellas produzem n'aquelles que se entregam ao enfadonho trabalho de lél-as?

Vou explicar-te materialmente.

Imagina que em uma lauta mesa, um bom gastronomico, satisfeito com o piparo jantar que lhe apresentam, come desregradamente das melhores iguarias, e, quando seu estomago chega a ponto de nada mais comportar, vem quem o obri-gue a comer um prato de arroz de cuxá ou um peixe moqueado da Villa do Paço.

Que prazer poderá elle encontrar nos novos pratos que lhe offerecem?

E' assim, amigo: um rapaz que ame, vendo o amor, essa palavra santa que Camões cantou, como diz o poeta, decantada pelo teu collega em prosa tão

banal, em linguagem tão desenxabida, certamente ficaria enfasiado, aborrecido de si e do seu amor.

Se o amor tivesse a semsaboria das epistolas do novel escriptor, não haveria um só mortal que tivesse a coragem de amar.

Não achas que sim, Paulo? Sê franco para commigo! collega!

Quando, pela primeira vez, appareste nas columnas do «Ensaio», disseste que vias um bando de idéas a esvoaçar, e não sabias mesmo qual havias de apanhar em primeiro lugar.

Não te lembras?

Pois bem: se as idéas, te surgem no cerebro aos bandos, é facil de colligir-se que sejas tu o escriptor que prega a liberdade da mulher; que censura os reformadores da Patria por não lhe haverem concedido o direito do voto.

E' o caso de si parodiar as palavras de Lafontaine: se não foste tu, foi algum collega teu quem escreveu o referido artigo. Porisso, Paulo, vou fazer a minha censura, e tu a transmittirás ao legitimo defensor dos direitos da mulher.

Começas, caro collega, afirmando que a mulber pelo simples facto de ouvir com carinho nossas queixas, de nos acompanhar em todos os momentos da vida, deve tomar parte nos diversos ramos de administração publica. Ora Paulo!...

Então não concebes que a mulher, immiscuindo-se nos diversos ramos de administração publica, terá muitas occupaões, e, portanto, não ouvirá mais com carinho nossas queixas, não mais nos acompanhará com a dedicação primitiva?

Pensa, Paulo. Raciocina primeiro, depois escreve.

Dizes tambem que as senhoras pernambucanas e bahianas empunharam armas e pelejaram contra os hollandezes.

Dize, agora, uma cousa, Paulo: tens consciencia d'isso? das tua palavra de honra?

Admittindo, mesmo, que seja veridica a proposição que avanças, permitteme que te faça uma pergunta: será isso motivo para que a mulher tenha o direito do voto?

Não, Paulo. Ha muitos soldados que bateram-se nos campos do Paraguay em defeza da patria, entretanto não votam porque não sabem lêre e escrever.

Agora, collega, particularisemos a questão. Imagina que a tua bella qualifica-se eleitora, começa a tomar parte activa na politica e encontra n'isso sua maior distracção.

Mas... aproxima-se Março.

Paulo segue triste e saudoso, e comtudo, suas conjecturas não se realisam.

Os olhos da sua apaixonada não se transformarão em cataractas de lagrimas, e ella não soprará com seos suspiros o vapor que ha de conduzir o meo amigo ás plagas do Recife, conforme Paulo havia previsto.

Agora pergunto-te uma cousa, Paulo: quem merece a culpa da tua desillusão? Tu, sem duvida, que affirmavas que a mulher devia tomar parte em todos os ramos da administração publica.

Que pena!... Esses redactores do «Ensaio» são cruéis!

Pois não prohibiram que Paulo fizesse a apologia de umas tantas entidades metaphysicas por elle encontrados no Happy Club?

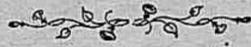
Mas porque razão, Paulo, não pediste o espaço occupado por Ernesto d'Alba?

Não seria melhor que o «Ensaio» troxesse uma dissertação tua, em vez de dar-nos um lyrismo sedico, piegas, que segundo me garantio um amigo, não é original?

Esta!... Não custa crêr que no ultimo quartel do seculo das luzes ainda haja quem conteste a propriedade litterario, vendo continuamente a reprodução de factos d'esta ordem!

Não desanimes, Paulo. Escreve tua chronica. Todo o tempo é tempo, diz o adagio.

Girardin.



Eu sonho ver-te lá, nessas regiões ethereas  
Vaporosa, subtil, como as visões aereas,  
Toda—rosas da face o lyrical pallor.

Sonho-te junto a mim e, phantasia louca!  
Osculo-te o coral da perfumada bocca  
Onde ha os risos da aurora e os aromas da flôr.

W.

Em contemplação

Tens na face o pallor dos lyrios descorados  
E em teu olhar dormente, ethereo, scimador,  
Ha uma extranha luz, um mystico fulgor;

Que me arrebatá a alma á mundos ignorados,  
Onde um etherno luar de reflexos doirados  
Cabe da abobada azul sobre os prados em flôr  
E onde gemem no ar umas canções do amor  
Uma musica ideal de beijos prolongados...

O Senr. Herculano, ferido em seu fôfo orgulho pelo facto de haver eu sustentado em um artigo, que escrevi, idéas oppostas a umas expendidas em publicação que fez no numero 3 d'«O Ensaio,» tem procurado ferir-me depois de ter creado embaraços á publicação desse meu artigo.

Aquelles que lerão o ultimo numero desse jornal havião, certamente, de ter ficado admirados da aggressão brutal que me dirigio esse Senr., pois que igno-

rão o motivo inconfessavel que determinou-a.

Cumpre, porém, que o saibão para que possão devidamente julgar-nos, certo o Senr. Herculano de que não descerei ao terreno em que collocou-se... Muito póde a estulticia e um craneo vasio de idéas mas cheio de pretensões!...

Sirvão de juizes entre nós os nossos professores e collegas.

O jornal «O Ensaio» foi criado por um grupo de estudantes de preparatorios com o fim de «oferecer á mocidade que estuda um meio de tornar conhecidas as suas locubrações», como se lê no seu primeiro numero.

Na terceira edição desse jornal, a qual appareceu em 16 de outubro ultimo, publicou o snr. Herculano um artigo combatendo a propriedade litteraria, e como eu nao concordasse com a sua opiniao, escrevi tambem um com o fim de publical-o n'O Ensaio, para o que tinha direito, visto que as columnas d'esse jornal estavam francas aos assignantes e eu era um destes.

Foi isto bastante para incorrer no odio desse Sr., pois enviando o meu artigo em principios de janeiro, porque até dezembro estivera occupado com os exames que fiz, arvorou-se elle em redactor d'O Ensaio e em censor dos artigos, e declarou, sacudindo a colossal cabeça com o entono de quem tem o *supremo mando*, que o meu artigo não podia ser publicado, porque sustentava idéas contrarias ás suas.

Não me sujeitei ás *ordens* de tão poderoso senhor e reclamei aos fundadores do jornal contra o esbulho.

Então, parodiando Luiz XIV, disse o Senr. Herculano: «O Ensaio sou eu», e proferio na minha representação o *despacho*—que eu não podia publicar o artigo; e não satisfeito com isto, declarou no numero 5.º d'«O Ensaio» que os artigos dos assignantes só seriam publicados depois do «*consentimento unanime da redacção,*» para que mais nenhum outro ignorante e pequenino tivesse a *ousadia* de sustentar idéas contrarias ás de seu *amo e senhor*.

E' bastante.

No seguinte numero deste jornal responderei a parte relativa á propriedade litteraria; e sobre aquelle pedacinho «só são meus collegas aquelles meus companheiros de aula com quem tenho relações, e cujo comportamento nunca soffreu duvida alguma,» só direi:

—BOLAS.

José Augusto Barrêto de Mello Rocha.

Impresso na Typographia da «Pacotilha.»